

Evento: XXV Jornada de Pesquisa
ODS: 13 - Ação contra a mudança global do clima

BUEN VIVIR: UM NOVO PONTO DE PARTIDA EM BUSCA DE NOVOS CAMINHOS¹

BUEN VIVIR: A NEW STARTING POINT ON THE SEARCH OF NEW PATHS

Vítor Kinalski de Souza², Daniel Rubens Cenci³

¹ Pesquisa realizada junto no Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Justiça Social e Sustentabilidade, no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos ? Mestrado (UNIJUI)

² Mestrando em Direitos Humanos (UNIJUI). Graduado em Direito (UNIJUI). Pesquisador integrante do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Justiça Social e Sustentabilidade (CNPq). E-mail: vitor.souza@sou.unijui.edu.br

³ Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR), mestre em Direito (UNISC), graduado em Direito (UNIJUI). Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos da UNIJUI. Professor do Programa de Mestrado em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade. Pós Doutor em Geopolítica Ambiental Latino-americana na USACH ? Universidade de Santiago ? Chile. Coordenador do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Justiça Social e Sustentabilidade (CNPq). Coordenador do Projeto de Pesquisa O Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado no Contexto da Sociedade de Risco: em Busca da Justiça Ambiental e da Sustentabilidade. E-mail: danielr@unijui.edu.br

Resumo:

O presente estudo consiste em parte inicial da pesquisa desenvolvida pelos autores no PPGDH – Mestrado (UNIJUI). Trata-se de estudo acerca do desenvolvimento sob uma ótica decolonial. Para tanto, utiliza-se do método exploratório e tem como objetivos entender a história do continente Latino-Americano, indicar os desafios presentes na contemporaneidade e buscar novas alternativas na construção do futuro. Tendo como base o conhecimento do Sul.

Abstract:

The presente study is initial part of the research developed by the authors at the Graduate Program in Human Rights – Masters (UNIJUI). It is a study about the Development from a decolonial perspective. Therefore, uses the exploratory method and aims to understand the history of the Latin American continent, indicate the challenges present in the contemporary world and seek new alternatives in the construction of the future. Having knowledge of the South as its base.

Palavras-chave: Capitalismo, Consumismo, Desenvolvimento, Ecologia, Sustentabilidade

Keywords: Capitalism, Consumism, Development, Ecology, Sustainability

INTRODUÇÃO

Dois peixes jovens estavam passeando pelo seu habitat quando um peixe mais velho passou por eles e perguntou: “como está a água?” Os dois jovens peixes continuaram a nadar. Até que um peixe, intrigado, pergunta ao outro: “o que é água?”. Esta pequena fábula é de autoria do estadunidense David Foster Wallace, e já foi usada em diversos contextos para simbolizar que elementos triviais e cotidianos facilmente passam despercebidos.

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 13 - Ação contra a mudança global do clima

No presente artigo, as sociedades ocidentais são os peixes jovens, e a água é o capitalismo, ou, de modo mais específico, o estilo de vida ocidental baseado em práticas de consumo. Deste se analisará as origens, as formas de seu desenvolvimento e os diferentes impactos causados no espaço físico do planeta e, por conseguinte, na humanidade. Ainda neste sentido, se buscará alternativas para frear o avanço do capitalismo sobre a natureza, esta que seguidamente apresenta sinais de desequilíbrio e iminente colapso.

Pensar o estilo de vida consumista e, eventualmente, repensá-lo é prática necessária nos tempos atuais. É fato que a humanidade nunca esteve em um patamar tecnológico tão avançado, as descobertas nunca foram tão frequentes. Mas será mesmo que utilizar o termo “humanidade” não é um exagero da generalização? Os bons frutos do capitalismo, se é que de fato os há, não são distribuídos de maneira justa e igualitária. Além de que o desenvolvimento infinito, almejado pelo sistema econômico capitalista e altamente globalizado, exige dos ecossistemas muito mais do que estes podem oferecer naturalmente e os tempos da natureza não são, de forma alguma, respeitados, quiçá considerados.

A ideia de desenvolvimento econômico que resultou na fundação de colônias europeias ao redor do planeta foi resultado de uma mudança de concepção acerca da natureza. Com o advento da Revolução Científica nos séculos 16 e 17, a visão mecanicista da natureza passou a ditar as regras do jogo, logo, o que era lar, alimento, proteção e saúde, se tornou matéria-prima e recurso natural.

Pode soar estranho sugerir que a humanidade retroceda, por isso não se usará, neste caso, o conceito de humanidade. Contudo, o retrocesso não é necessariamente negativo, ainda mais quando implica em recomeçar processos sociais e visitar sabedorias que antecedem o capitalismo. Neste sentido, as sociedades que foram coagidas a participar do sistema econômico europeu que se expandiu de maneira violenta, ainda resistem na medida do possível e se mantêm convictas nas suas maneiras de pensar o mundo. Mesmo que viver o mundo da maneira ideal, por diversos fatores, seja cada vez mais difícil.

No contexto do Sul Global, da sabedoria dos povos originários Latino Americanos (os quais são mais antigos que o próprio nome que o colonizador atribuiu ao continente), um termo em reconstrução ganha força no cenário político e nos debates internacionais: o Bem Viver. Muito mais que termo, é estilo e filosofia de vida. Ao contrário da visão mecanicista, o Bem Viver faz parte do que se compreende por visão holística da natureza e tem, nos dias atuais, o potencial de impulsionar mudanças em busca de estilos e filosofias de vida sistêmicos, biocêntricos e, por fim, justos e igualitários, incluindo todos os seres vivos. Para tanto, é imprescindível que os debates sejam plurais e que todos os grupos que vierem a participar estejam em patamar de igualdade.

Este artigo é parte de pesquisa realizada pelos autores no Mestrado em Direitos Humanos da UNIJUÍ. Utiliza-se do método exploratório, tendo como base bibliografia anteriormente delimitada e objetivo principal de questionar o modo de vida oriundo do capitalismo e fomentar debate em torno das práticas econômicas que mercantilizam todas as formas de vida. Sem pretensão de oferecer respostas prontas ou discursos a serem reproduzidos, este artigo visa ser um instrumento gerador de dúvidas, incertezas e inquietações.

VISÃO MECANICISTA E SUAS IMPLICAÇÕES

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 13 - Ação contra a mudança global do clima

A humanidade, ao longo das eras em que coexiste com o planeta, caminhou e se desenvolveu sobre ele em padrões que foram se alterando. O meio natural, em seu estado primário, serviu de casa e subsistência para que a raça humana fosse aos poucos se tornando o que é na contemporaneidade. Porém, o verbo que se utilizou na frase anterior para definir o papel da natureza também se transformou. O “servir” possui grande impacto na relação humana com o seu meio, pois, por diversos fatores que serão abordados oportunamente, passou de possibilidade à função de servidão absoluta.

A natureza se tornou matéria-prima, a relação harmoniosa, que era regra nas mais diversas partes do mundo, se tornou exploração. Os “recursos naturais”, assim denominada a natureza no sistema econômico capitalista, representam nas relações de consumo uma parte ínfima da importância que a sustentabilidade do planeta e a preservação dos ecossistemas têm em si e podem vir a ter para os seres humanos.

Para entender de onde surge a relação de exploração desenvolvida entre humanidade e natureza, é interessante retroceder na linha do tempo e buscar respostas para a crise ambiental atual em um estilo de vida que precede o capitalismo, sendo assim uma verdadeira alternativa e não apenas um desdobramento.

As razões que explicitam a necessidade de mudar hábitos em um panorama global são facilmente percebidas nos meios urbanos, principalmente no terceiro mundo. O distanciamento estabelecido entre o ser humano e a natureza é refletido na inexistência do meio natural nas paisagens urbanas e, cada vez mais, no próprio meio rural. Ao criar a ideia de independência para com a natureza, as sociedades ocidentais passaram a se desenvolver dentro de um sistema econômico regido pela visão mecanicista do meio ambiente. Neste sentido, Fritjof Capra e Ugo Mattei (2018, p. 29) explicam que a partir da Revolução Científica dos séculos 16 e 17, “quando a concepção holística da natureza foi substituída pela metáfora do mundo como máquina, o objetivo da ciência passou a ser um conhecimento que pudesse ser usado para dominar e controlar a natureza”.

Esse “controle” não é tão absoluto quanto parece ou quer parecer. Controlar seria um processo exato, o qual compreenderia utilizar a natureza da maneira que convir e, após, evitar todos os impactos negativos. O descontrole (mais realista) pode ser observado no momento em que o próprio sistema econômico caminha no sentido de se autodestruir e os impactos negativos são apenas previstos, sem que haja, dentro do capitalismo, um meio objetivo de evitá-los ou de revertê-los. O ritmo acelerado da degradação do meio ambiente resulta em prejuízos infinitamente maiores para a maioria da humanidade do que os benefícios que possa vir oferecer e os debates que objetivam apresentar respostas benéficas não incluem a parcela da humanidade que vive, dia após dia, o risco criado pela minoria desenvolvida.

As cidades, como símbolos do distanciamento da natureza e, no continente Latino Americano, do distanciamento do indígena, são uma representação física das estratificações criadas pelo sistema capitalista e não há nelas espaço para outros modos de vida senão aquele que a mantém como instrumento de dominação. De acordo com Mario Rodriguez Ibañez (2019, p. 299), três características-chave das cidades podem ser destacadas: seu caráter colonial, os processos de modernização e a aceleração contemporânea do consumo. Os escritos de Ibañez tem como objeto de análise as cidades bolivianas, mas suas características são comuns ao contexto brasileiro.

As cidades passaram a existir a partir da exploração colonial da América Latina. Ergueram-se através

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 13 - Ação contra a mudança global do clima

da expulsão dos povos locais originários em um processo violento de dominação e exploração tão complexo que seria simplista caracterizá-lo como “econômico”. Os parâmetros para consolidar a cidade em algum local eram, em primeiro lugar, a proximidade dos recursos naturais e, em segundo lugar, o fácil acesso a fontes de água. Além de obedecerem uma disposição das estruturas que fosse voltada a proteger o âmbito urbano do meio indígena-rural, ou, na concepção do colonizador, selvagem. (IBAÑEZ, 2019, p. 300)

A praça como elemento central. Em sua volta, as habitações dos colonizadores, uma igreja e os clubes sociais (reservados à “sociedade”, ou seja, as elites colonizadoras). A proteção militar cercava essas estruturas, as quais eram afastadas do mercado, local em que era realizado o contato entre o urbano e o rural. Afinal, as cidades dependem da produção decorrente do meio rural, mas desde a sua criação, em decorrência da visão colonizadora, preferem que o maior distanciamento possível desse. “A cidade colonial nasceu segregadora”. (IBAÑEZ, 2019, p. 300)

A segunda característica citada por Ibañez é a modernização. Esta se deu com a chegada da luz elétrica, do automóvel e do desenvolvimento da indústria. No entanto, o progresso urbano foi simultâneo ao declínio do meio rural que forçou a migração de partes da população, concentrando no ambiente urbano tudo que se entendia por desenvolvimento e se buscava imitar do continente europeu. Além das modernizações tecnológicas visíveis, o sistema educacional também foi baseado no sistema do colonizador, retomando a ideia de educar o índio-camponês trazida pela igreja logo após a expansão marítima. “As esperanças trazidas pelo progresso estavam carregadas de imitações coloniais”. (IBAÑEZ, 2019, p. 306)

Além do que fora mencionado, a ideia de “desenvolvimento” do continente Latino Americano também foi “importada”. O discurso do desenvolvimento foi, na metade do século 20, um plano do Norte Global que dividiu o mundo em desenvolvidos e subdesenvolvidos (tal divisão é política e não apenas geográfica). Ao Sul Global, foi imposta a meta de desenvolver-se tendo como objetivo o patamar de desenvolvimento do Norte (tarefa impossível).

O desenvolvimento como objetivo global ignora as diferentes formas de vida existentes na pluralidade do mundo da época e da contemporaneidade. A industrialização que foi implementada em países subdesenvolvidos detinha um disfarce de modernização e progresso econômico, enquanto, na realidade, era uma nova forma de colonização e manutenção do *status quo*.

Os caminhos ao desenvolvimento não são o problema maior. A maior dificuldade radica no conceito. O desenvolvimento, enquanto proposta global e unificadora, desconhece violentamente os sonhos e as lutas dos povos subdesenvolvidos. [...] Pelo desenvolvimento, para citar um exemplo, aceita-se a grave destruição humana e ecológica provocada pela megamineração, mesmo sabendo que ela aprofunda a modalidade de acumulação extrativista herdada da colonização – e que é uma das causas diretas do subdesenvolvimento. (ACOSTA, 2016, p. 58)

A terceira característica-chave é a aceleração contemporânea do consumo, a qual ocorre desde a metade do século passado. As cidades passaram a servir um padrão consumista, no qual as ruas que eram locais de encontro passaram a ser ligações de um local de consumo ao outro. A concentração de negócios que objetivam o acúmulo de capital e a circulação de mercadorias concentrou no

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 13 - Ação contra a mudança global do clima

meio urbano o capital, mas também os descartes. As cidades crescem e se desenvolvem como franquias, perdendo as singularidades que distinguem umas das outras. Cada vez mais, as cidades são mais semelhantes entre si e, na mesma proporção, aumentam as diferenças para com o meio rural. (IBAÑEZ, 2019, p. 312)

Ao longo do desenvolvimento, o meio rural também passou por transformações na sua essência. A agricultura se expande em grandes propriedades e se industrializa, tomando o espaço que seria habitado e expulsando a população rural ativa, aumentando a urbanização. E, segundo Joan Martínez Alier (2018, p. 211): “Um mundo no qual a urbanização cresce é, por conseguinte, um mundo mais insustentável”.

Cumprе salientar que estas grandes propriedades rurais não produzem alimentos a serem ingeridos logo após a colheita, mas *commodities* como soja, café, trigo e algodão. A atividade rural é atualmente, em sua maioria, quase como um processo industrial que concentra os lucros no capitalista e aliena força de trabalho (cada vez menos necessária em virtude da tecnologia), enquanto crescem exponencialmente o consumo energético e a degradação ambiental. O que ilustra esse processo é o fato de que, no mundo, o número de camponeses tradicionais e diaristas rurais sem terra era maior no ano 2000 do que em 1900. (ALIER, 2018, p. 211)

OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

O aumento do consumo é causa e consequência do aumento da produção. O aumento da produção, por sua vez, é causa dos principais problemas ambientais percebidos no planeta. Dentre eles, o aquecimento global ocupa posição de destaque, mas os efeitos decorrentes dele são mais plurais do que exclusivamente o aumento da temperatura média do planeta.

O aquecimento global interfere diretamente na produção de alimentos, diminuindo a capacidade de produção. Atualmente a fome é uma questão de distribuição, há, em tese, alimentos suficientes para toda a população terrestre, no entanto, para cada grau de aquecimento, perde-se 10% da capacidade de produção. Logo, se o planeta estiver 5°C mais quente no fim do século, as projeções indicam que haverá 50% menos grãos para uma população provavelmente 50% maior. (WALLACE-WELLS, 2019, p. 67)

Outro tema que nos últimos meses têm sido o principal assunto de todos os meios de comunicação por todo o mundo é o das epidemias. Nesse caso, o Corona Vírus que sem precedentes no mundo globalizado fez e ainda faz com que boa parte da população mundial tenha que se isolar do convívio social. O número de casos crescente e o número de óbitos decorrentes desse vírus assusta e gera apreensão. A ansiedade das sociedades na espera de uma cura tem como aliado o medo de que após superada a crise atual, outra possa surgir.

Wallace-Wells (2019, p. 135) alerta: há um perigo residente nas pragas do aquecimento, literalmente escondidas. Segundo o autor, o aquecimento global que causa o derretimento gradual do *permafrost* (área de congelamento permanente), pode fazer com que bactérias guardadas pelo gelo voltem a circular assim que expostas novamente, em alguns casos, são bactérias que precedem inclusive o próprio ser humano. No Alasca, foram encontrados vestígios da gripe de 1918 que causou 500 milhões de infecções e a morte de cerca de 3% da população mundial. Além do fato de que os cientistas acreditam a varíola e a peste bubônica estejam congeladas na Sibéria.

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 13 - Ação contra a mudança global do clima

No entanto, os impactos ambientais não são, de nenhuma forma, democráticos. Homogeneizar a sociedade em torno dos impactos socioeconômicos de catástrofes ambientais (sejam elas abruptas ou prolongadas no tempo) serve como ferramenta de perpetuação da opressão sobre os países subdesenvolvidos dentro da lógica capitalista da sociedade de risco, uma vez que as políticas ambientais ainda são ditadas pelo Norte Global. Apesar de as mudanças climáticas serem geograficamente globais, não as são política ou sociologicamente.

Risco ambiental e pobreza se mostram, com frequência, coligados. O termo “hiperperiferia” foi desenvolvido por Torres e Marques e é oriundo de pesquisa que buscou relacionar dados coletados referentes ao risco ambiental e más condições socioeconômicas. O objetivo era testar a hipótese de que estes estão estreitamente aliados. (ACSELRAD et alia, 2008)

A hiperperiferia pode ser caracterizada, de modo preliminar, como sendo constituída por aquelas áreas de periferia que, ao lado das características mais típicas destes locais (pior acesso a infraestrutura, menor renda da população, maiores percursos para o trabalho etc.), apresentam condições adicionais de exclusão urbana. Nesse sentido, o estudo das áreas de risco ambiental pode ter um sentido estratégico, pois evidencia, de modo dramático em alguns casos, a sobreposição cumulativa dos riscos ambientais às diversas formas de desigualdade social e residencial. (ACSELRAD et alia, 2008)

Por mais que ocorram catástrofes ambientais abruptas em locais desenvolvidos, estes se diferenciam dos locais subdesenvolvidos quando se deparam com o mesmo problema. O que os diferencia é a capacidade de restaurar-se ao estado anterior, à normalidade. Por exemplo, ao comparar Japão e Haiti, ambos atingidos por um terremoto de grande magnitude, se observa que a recuperação do país asiático foi rápida, enquanto o país caribenho, uma década após o ocorrido, ainda sofre com seus impactos.

Práticas industriais e empresariais que culminam em catástrofes ambientais causadas pela negligência são inerentes do que se denomina “sociedade de risco”:

a sociedade de risco não é um processo intencional ou previsto, nem algo que pode ser rejeitado ou escolhido. É resultado de um processo de modernização autônomo, cego e surdo para suas consequências. Quanto mais a sociedade industrial se afirma (consenso em torno do progresso e agravamento das condições ecológicas e dos riscos), mais depressa é encoberta pela sociedade de risco. (Demajorovic, 2001, p. 35)

De acordo com Ulrich Beck (apud. Demajorovic, 2001, p. 35), a produção social do risco é efeito da produção social da riqueza, sendo a escolha dos riscos ação do setor privado e do setor público a busca do equilíbrio do sistema econômico. O autor também adverte da “incapacidade do conhecimento construído no século XX de controlar os efeitos gerados pelo desenvolvimento industrial”, indicando que o desenvolvimento econômico – dos desenvolvidos, opulento. Dos subdesenvolvidos, ausente – é tanto natureza quanto agravante das mazelas legadas pelo risco ambiental no momento em que este deixa de ser risco e se materializa.

Industrializar desconsiderando os riscos ambientais resultou, também, na transgressão de fronteiras ambientais. Os danos ambientais gerados nos focos industriais ao longo da história foram pouco notados ou rapidamente revertidos. Por exemplo o processo de despoluição do Rio Tâmbisa na

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 13 - Ação contra a mudança global do clima

Inglaterra. Todavia, tais danos ecoam em locais alheios. Ao passo em que os danos colaterais passam a ser incalculáveis e imprevisíveis a sociedade de risco demonstra característica emergencial, além de possibilidade de catástrofes sentidas pelas próximas gerações terem respaldo científico e serem percebidas –em processo acelerado– em demonstrações no presente. (Demajorovic, 2001).

Por mais que há populações que ainda não tenham seu cotidiano diretamente afetado pela relação da humanidade com a natureza nos moldes que ocorre atualmente (mesmo com a atual pandemia), ao analisar o meio ambiente ecologicamente sustentável como direito humano fundamental, uma pessoa na sua individualidade tolhida desse direito é suficiente para que toda a estrutura seja questionada. O *Buen Vivir* é um ponto de partida para, como define Acosta: “imaginar outros mundos”, tarefa a ser realizada ao longo do capítulo seguinte.

O BUEN VIVIR: UMA OPORTUNIDADE

O *Buen Vivir*, do Equador. *Sumak Kawsay*, do kichwa. *Vivir Bien*, da Bolívia. E Bem Viver na tradução para o português é um conceito em construção, ou melhor, em reconstrução. O *Buen Vivir* é uma concepção dos povos andinos originários, no entanto, como filosofia compreendida na visão holística, tem ideais comuns com outras formas de vida e entendimento do universo em diversas partes do mundo. Como por exemplo, no *ubuntu* africano e no *teko porã* dos guaranis.

Retomando o termo “servir”, utilizado no início do presente artigo, de acordo com o *Buen Vivir* a natureza não tem como papel servir os seres humanos. Afinal, os seres humanos são também natureza. Qualquer ação nociva à natureza é diretamente nociva à humanidade. A harmonia entre os seres é peça fundamental de tal filosofia de vida. Conforme expõe Acosta (2016, p. 28), discutir as crises contemporâneas sob a ótica do *Buen Vivir* não é uma questão de melhorar o sistema de acumulação estabelecido ou tornar as práticas de consumo mais eficientes, na esperança de que passem a funcionar de maneira ordenada e sustentável. Mas de propor mudanças radicais, tendo em vista que o mundo as necessita.

Contudo, não significa dizer que o capitalismo deva ser superado totalmente para que princípios do *Buen Vivir* possam ser adotados na sociedade contemporânea, assim como ainda é em sua totalidade no estilo de vida de diversos coletivos indígenas que resistiram à colonização. Até porque práticas indígenas, apesar de terem sua origem ignorada, são comuns no cotidiano urbano dos brasileiros que não possuem descendência nos povos originários. É inegável que há influência indígena nos afazeres do dia-a-dia: o chá, o chimarrão, técnicas agrícolas, entre outros, são sinais de que a cultura dos povos originários de alguma forma se mantiveram vivas ao longo do tempo na trivialidade diária e de que a natureza ainda não foi completamente transformada em recurso natural pela industrialização.

Evitando cair em romantismos desnecessários ao debate, não são apenas pequenas práticas de origem indígena que constituem as relações de outros povos. O caso da biopirataria é um alerta vermelho às organizações estatais que devem proteger o conhecimento originário. A biopirataria ocorre quando o conhecimento dos povos originários acerca de algum elemento natural (seja uma planta, raiz, mineral, etc.) é explorado financeiramente pela indústria sem que haja recompensa, reparação ou sequer consulta prévia. O Brasil, sendo detentor da maior parte da Floresta Amazônica é um alvo fácil para tal prática. Por mais que o objetivo não seja integrar de qualquer forma a natureza no modelo econômico vigente, não deixa de ser mais uma razão que alerta acerca da ignorância governamental para com as causas indígenas.

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 13 - Ação contra a mudança global do clima

Sem considerar o Estado como único campo de ação, Acosta (2016, p. 34), reconhece a importância de se ter no Estado uma instituição plural:

O Estado Plurinacional exige a incorporação dos códigos culturais dos povos e nacionalidades indígenas. Ou seja, há que se abrir as portas a um amplo debate para transitar a outro tipo de Estado que não esteja amarrado às tradições eurocêntricas. Neste processo, em que será necessário repensar as estruturas estatais, há que se construir uma institucionalidade que materialize o exercício horizontal do poder. Isso implica “cidadanizar” individual e coletivamente o Estado, criando espaços comunitários como formas ativas de organização social. A própria democracia tem de ser repensada e aprofundada.

Assim como a crise ambiental percebida nos tempos atuais, a transformação social imprescindível à implementação de um estilo de vida harmônico é, também, política. Versa sobre o meio ambiente, mas também nas questões que em análise superficial podem parecer desconexas à pauta ambiental, mas que estão estreitamente ligadas, como as desigualdades e a fome. Há também questões sociais que precisam integrar os diálogos, como o racismo, a justiça e o desenvolvimento. Este, em modelo diferente do desenvolvimento imposto aos países subdesenvolvidos e abordado anteriormente. Busca-se descolonizar o conceito, criar novas epistemologias, epistemologias do Sul.

Pode parecer radical ou utópico, em um primeiro momento, propor uma ruptura total com o sistema capitalista que se assemelhe à uma revolução. No entanto, primeiramente, novas utopias são bem-vindas e a humanidade é sequencialmente desafiada a superar obstáculos criados pelas estruturas de poder que degradam a natureza e impõem lógicas de consumo e desenvolvimento a cada momento menos sustentáveis. Ademais, o estilo de vida buscado, que se assemelha ao *Buen Vivir*, de acordo com seus principais pensadores e pensadoras, no contexto político atual, será atingido através do diálogo plural e da construção conjunta de novos caminhos. Por mais que o sistema capitalista seja a “água”, é necessário revisitar (mesmo que mentalmente) a América Latina antes de ser América e como o modo de vida dos povos originários foi exterminado pelas ações dos colonizadores.

A expansão do capitalismo não foi consensual. As estruturas capitalistas hoje observadas em quase todo o território latino-americano foram, literalmente, construídas sobre o sangue daqueles que ousaram resistir. O modelo que é de maneira simplista definido como apenas econômico, foi violentamente implementado em todo o Sul Global. Assim como na América Latina, na África, Ásia e Caribe, as colônias não foram consultadas sobre a possibilidade de acatar o estilo de vida europeu. No contrato que nunca existiu, as letras miúdas eram pólvora. A diferença no método de implementação é essencial e, com boas doses de otimismo e esperança, acredita-se no diálogo (este como instrumento democrático) como meio e fim.

A postura biocêntrica também integra o entendimento sistêmico que é o *Buen Vivir*. O biocentrismo se opõe ao antropocentrismo. O centro do universo não é o ser humano, mas a natureza, que por sua vez compreende o ser humano. Mais do que legislações, é necessário o entendimento de que os processos naturais possuem valor intrínseco, mesmo que não sejam úteis aos seres humanos e devem ter seus tempos respeitados. Os tempos do mercado, do consumo e da industrialização, de maneira exclusiva observados pelo extrativismo, devastam ecossistemas inteiros desde que os metais latino-americanos brilharam aos olhos dos primeiros invasores.

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 13 - Ação contra a mudança global do clima

Entender que a natureza possui valor em si é fundamental, nesse sentido:

Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista. Do nosso divórcio das integrações e interações com a nossa mãe, a Terra, resulta que ela está nos deixando órfãos, não só aos que em diferente graduação são chamados de índios, indígenas ou povos indígenas, mas a todos. [...] Como reconhecer um lugar de contato entre esses dois mundos, que têm tanta origem comum, mas que se descolaram a ponto de termos hoje, num extremo, gente que precisa viver de um rio e, no outro, gente que consome rios como um recurso? (KRENAK, 2019, p. 49)

O *Buen Vivir*, justamente por ser um convite ao debate, é ilimitado em suas possibilidades. Acosta (2016, p. 41) refere que, sem que sejam manipuladas suas origens ancestrais, o *Buen Vivir* “pode servir de plataforma para discutir, consensualizar e aplicar respostas aos devastadores efeitos das mudanças climáticas e às crescentes marginalizações e violências sociais.” É importante mencionar que o *Buen Vivir* não ignora todos avanços tecnológicos nem todas as contribuições externas ao conhecimento da humanidade desde que em uníssono ao entendimento geral do que deve ser buscado e realizado.

Na Bolívia, há alguns anos, a crise política e econômica local, aliada às crises globais, gerou profundas mudanças no tecido social. O neoliberalismo passou a ser questionado e surgiram indagações acerca dos motivos pelo qual se construiu um país que ignorasse as suas tradições indígenas. Nesse debate, ideias que buscam pensar o *Buen Vivir* a partir do contexto urbano passaram a ganhar importância. Nessas ideias, apesar de não se ver a natureza no horizonte da maioria das grandes cidades, se busca a aproximação entre os meios urbano e rural. O abismo criado e aprofundado pelas relações de consumo e pela estrutura colonial das cidades deve ser superado, estabelecendo uma nova relação entre a cidade e o campo. Uma relação harmoniosa que configure mutualismo e continuidade. (IBAÑEZ, 2019, p. 322)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Buen Vivir*, como precisamente indica Ibañez não é um modelo pronto ou um conceito, é um sentido, um rumo. O *Buen Vivir* é uma oportunidade de imaginar, é uma nova utopia, uma alternativa ao sistema que aprisiona pessoas e vende a natureza. Pensar as diferentes relações interpessoais e globais se mostra tarefa indispensável para que se possibilite a existência de conforto e bem-estar (não no sentido ocidental, mas a partir de outro sentido) para as gerações futuras.

A pretensão de compreender a possibilidade de uma realização humana através dos diferentes matizes sobre o desenvolvimento resultou na escolha do *Buen Vivir*, na proposta latino-americana, como um tema de pesquisa e aposta de possibilidade social de realização dos direitos humanos. Reconhecendo a importância do tema do *Buen Vivir* na construção de um protagonismo que já ultrapassa as fronteiras do Equador (país de origem) e da América Latina, trazendo notoriedade e afirmando a importância das epistemologias do Sul Global.

Compreender as crises ambientais, políticas e econômicas como os antecedentes que levam a sociedade a pensar novas alternativas é o ponto de partida que se busca estabelecer nesta pesquisa.

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 13 - Ação contra a mudança global do clima

As crises enfrentadas pela humanidade necessitam da pluralidade multiétnica do país de origem do *Buen Vivir*, o debate deve ser enriquecido.

O *Buen Vivir*, como mencionado ao longo do texto, é um tema que pede pelo debate. Antes de buscar respostas e conclusões definitivas, a coleta de dados históricos e o enriquecimento das discussões na medida em que estas se tornam mais plurais se faz imprescindível. O *Buen Vivir* é um horizonte que pode significar uma mudança expressiva na ideia de desenvolvimento, mas também na realidade das relações humanas sociais, políticas e econômicas numa perspectiva que, gradativamente, aproxima a humanidade de viver de acordo com princípios de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia Campello do Amaral; BEZZERA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça Ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

CAPRA, Fritjof; MATTEI, Ugo. **A revolução ecojurídica**: O direito sistêmico em sintonia com a natureza e a comunidade. São Paulo: Cultrix, 2018.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental**: Perspectivas para a educação corporativa. São Paulo: Senac São Paulo, 2003.

IBAÑEZ, Mario Rodriguez. Resignificando a cidade colonial extrativista: Bem viver a partir de contextos urbanos. In: DILGER, Gerhard (Org). **Descolonizar o imaginário**: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. p. 297-333. São Paulo: Elefante, 2016.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

WALLACE, Dave Foster. **This is water**. Disponível em: <https://jamesclear.com/great-speeches/this-is-water-by-david-foster-wallace>. Acesso em: 30 julho 2020

WALLACE-WELLS, David. **A terra inabitável**: uma história do futuro. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ZANINI, Fabio. **Haiti ainda sente terremoto 10 anos depois**, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/01/haiti-ainda-sente-terremoto-10-anos-depois.shtml>. Acesso em: 30 julho 2020

Parecer CEUA: 3.621.173